

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.523 - SC (2019/0255897-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : A. M. MOTA LANCHES EIRELI
ADVOGADOS : GLEISON MACHADO SCHÜTZ E OUTRO(S) - RS062206
LUCAS HECK - RS067671
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **A.M. Mota Lanches Eireli**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 195):

TRIBUTÁRIO. EXCLUSÃO DO PIS E DA COFINS DE SUAS PRÓPRIAS BASES DE CÁLCULO. DESCABIMENTO. Inexiste previsão legal para a exclusão das contribuições ao PIS e à COFINS das suas próprias bases de cálculo.

Nas razões de recurso especial, a recorrente aponta violação ao art. 110 do CTN, sustentando, em resumo, a não incidência do PIS e da COFINS na base de cálculo desses próprios tributos.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 290/311.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Esta Corte já reconheceu que a discussão quanto ao conceito de faturamento e receita bruta, no que se refere à definição de base cálculo, implica análise de matéria constitucional, o que é vedado ao STJ, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, confirmam-se:

TRIBUTÁRIO. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS. CONCEITO CONSTITUCIONAL DE RECEITA E FATURAMENTO. VIA INADEQUADA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO.

1. A jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça - a discussão referente ao conceito de faturamento e receita bruta -, notadamente no que se refere à definição da base de cálculo, implica análise de matéria constitucional, o que é vedado nesta Corte Superior, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

2. Verifica-se, pois, que a Corte de origem analisou a matéria à luz dos art. 195, I, "b", e 154, I, ambos da Constituição Federal. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 706.163/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 26/08/2015)

TRIBUTÁRIO. ICMS BASE DE CÁLCULO DA COFINS. CONCEITO DE FATURAMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL.

I - A discussão referente ao conceito de faturamento, notadamente no que se refere à definição da base de cálculo do PIS e da COFINS, implica análise de matéria constitucional, o que é vedado nesta Corte Superior, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes: AgRg no REsp nº 1.186.641/SP, Rel.

Min. HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/03/2011; AgRg no AgRg no Ag nº 803.634/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/03/2009; AgRg no REsp nº 702.802/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/11/2009; REsp nº 857.736/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/09/2008; AgRg no Ag nº 1.039.418/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/09/2008.

II - Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1135391/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 06/12/2011)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator